



CÂMARA DOS DEPUTADOS

(DO SR. LEONEL PAVAN)

ASSUNTO:

Altera o inciso VIII do art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, de forma a permitir ao trabalhador o saque de sua conta após dois anos de inatividade.

DESPACHO: 26/11/96 - APENSE-SE AO PL. 913/91

AO ARQUIVO

em 16 de janeiro de 1997

DISTRIBUIÇÃO

Ao Sr. _____, em _____ 19____
O Presidente da Comissão de _____
Ao Sr. _____, em _____ 19____
O Presidente da Comissão de _____
Ao Sr. _____, em _____ 19____
O Presidente da Comissão de _____
Ao Sr. _____, em _____ 19____
O Presidente da Comissão de _____
Ao Sr. _____, em _____ 19____
O Presidente da Comissão de _____
Ao Sr. _____, em _____ 19____
O Presidente da Comissão de _____
Ao Sr. _____, em _____ 19____
O Presidente da Comissão de _____
Ao Sr. _____, em _____ 19____
O Presidente da Comissão de _____
Ao Sr. _____, em _____ 19____
O Presidente da Comissão de _____

PROJETO N.º 2.583 DE 1996

CÂMARA DOS DEPUTADOS



PROJETO DE LEI Nº 2.583, DE 1996
(DO SR. LEONEL PAVAN)

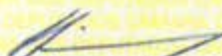
Altera o inciso VIII do art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, de forma a permitir ao trabalhador o saque de sua conta após dois anos de inatividade.

(APENSE-SE AO PROJETO DE LEI Nº 913 DE, 1991)



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Apense-se ao PL. 913/91.
Em 26/11/96


PRESIDENTE

PROJETO DE LEI Nº 2583, DE 1996 (Do Senhor Leonel Pavan)

Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - art.
Altera o inciso VIII do artigo 20 da Lei 8.036, que dispõe sobre o FGTS de forma a permitir ao trabalhador o saque de sua conta após dois anos de inatividade. *M*

O Congresso Nacional Decreta:

Art. 1º. O inciso VIII do Artigo 20 da Lei 8.036/90 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 20.....
.....

VIII - Quando o trabalhador permanecer dois anos ininterruptos, fora do regime do FGTS, podendo o saque, neste caso, ser efetuado a partir do dia seguinte aos dois anos de interrupção.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.



JUSTIFICAÇÃO

Com a crise do desemprego, a recessão e a falta de perspectivas, muitos trabalhadores estão há mais de dois anos sem emprego fixo, vivendo do trabalho informal e de bicos, quando, se sabe, tem recursos depositados no Fundo de Garantia por Tempo de Serviço sem poder sacá-lo ou utilizá-lo para suprir suas necessidades emergenciais.

Embora a Lei já tenha previsto prazo de três anos para o saque das contas inativas, entendemos ser este tempo longo demais para que o trabalhador possa utilizar seus merecidos recursos do FGTS para amenizar a situação de penúria em que vive por falta de emprego ou por ter sido jogado para a informalidade ou ainda mudado de regime trabalhista.

Para amenizar estas situações decidimos elaborar o presente projeto de lei de forma a permitir ao titular da conta do FGTS sacar o saldo quando o mesmo estiver fora do regime do fundo por dois anos, permitindo assim maiores benefícios aos trabalhadores que estão na informalidade.

Diante do alcance da medida, rogamos a nossos nobres pares o apoio necessário para a sua aprovação.

Sala das Sessões, em

de 1996

Deputado LEONEL PAVAN

26/11/96



LEI Nº 8.036, DE 11 DE MAIO DE 1990

(DOU 15.05.90)

*Dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
e dá outras providências*

Art. 20. A conta vinculada do trabalhador no FGTS poderá ser movimentada nas seguintes situações:

I - despedida sem justa causa, inclusive a indireta, de culpa recíproca e de força maior, comprovada com pagamento dos valores de que trata o art. 18;

II - extinção total da empresa, fechamento de quaisquer de seus estabelecimentos, filiais ou agências, supressão de parte de suas atividades, ou ainda falecimento do empregador individual, sempre que qualquer dessas ocorrências implique rescisão de contrato de trabalho, comprovada por declaração escrita da empresa, suprida, quando for o caso, por decisão judicial transitada em julgado;

III - aposentadoria concedida pela Previdência Social;

IV - falecimento do trabalhador, sendo o saldo pago a seus dependentes, para esse fim habilitados perante a Previdência Social, segundo o critério adotado para a concessão de pensões por morte. Na falta de dependentes, farão jus ao recebimento do saldo da conta vinculada os seus sucessores previstos na lei civil, indicados em alvará judicial, expedido a requerimento do interessado, independente de inventário ou arrolamento;

V - pagamento de parte das prestações decorrentes de financiamento habitacional concedido no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação - SFH, desde que:

a) o mutuário conte com o mínimo de 3 (três) anos de trabalho sob o regime do FGTS, na mesma empresa ou em empresas diferentes;

b) o valor bloqueado seja utilizado, no mínimo, durante o prazo de 12 (doze) meses;

c) o valor do abatimento atinja, no máximo, 80% (oitenta por cento) do montante da prestação;

VI - liquidação ou amortização extraordinária do saldo devedor de financiamento imobiliário, observadas as condições estabelecidas pelo Conselho Curador, dentre elas a de que o financiamento seja concedido no âmbito do SFH e haja interstício mínimo de 2 (dois) anos para cada movimentação;

VII - pagamento total ou parcial do preço da aquisição de moradia própria, observadas as seguintes condições:

a) o mutuário deverá contar com o mínimo de 3 (três) anos de trabalho sob o regime do FGTS, na mesma empresa ou empresas diferentes;

b) seja a operação financiável nas condições vigentes para o SFH;

VIII - quando o trabalhador permanecer três anos ininterruptos, a partir de 1º de junho de 1990, fora do regime do FGTS, podendo o saque, neste caso, ser efetuado a partir do mês de aniversário do titular da conta; *(Redação deste Inciso VIII dada pela Lei nº 8.678/93)*

IX - extinção normal do contrato a termo, inclusive o dos trabalhadores temporários regidos pela Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1979;

X - suspensão total do trabalho avulso por período igual ou superior a 90 (noventa) dias, comprovada por declaração do sindicato representativo da categoria profissional;

XI - quando o trabalhador ou qualquer de seus dependentes for acometido de neoplasia maligna. *(Inciso acrescentado pela Lei nº 8.922, de 25.07.94)*

§ 1º - A regulamentação das situações previstas nos incisos I e II assegurará que a retirada a que faz jus o trabalhador corresponda aos depósitos efetuados na conta vinculada durante o período de vigência do último contrato de trabalho, acrescida de juros e atualização monetária, deduzidos os saques.

§ 2º - O Conselho Curador disciplinará o disposto no inciso V, visando a beneficiar os trabalhadores de baixa renda e a preservar o equilíbrio financeiro do FGTS.

**"LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS-CELI"**

§ 3º - O direito de adquirir moradia com recursos de FGTS, pelo trabalhador, só poderá ser exercido para um único imóvel.

§ 4º - O imóvel objeto de utilização do FGTS somente poderá ser objeto de outra transação com recursos do Fundo, na forma que vier a ser regulamentada pelo Conselho Curador.

§ 5º - O pagamento da retirada, após o período previsto em regulamento, implicará atualização monetária dos valores devidos.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

13006* 'COPY' SOLICITADA POR CASTILHO

RUBENS ANTONIO MARQUES D.
CASTILHOSEARCH - QUERY
00002 PL A 00913 1991

PL (00913199) DOCUMENT= 1 OF 1

IDENTIFICAÇÃO

NUMERO NA ORIGEM : PLS 00012 1991 PROJETO DE LEI (SF)
ORGAO DE ORIGEM : SENADO FEDERAL 20 05 1991AUTOR SENADOR : MARCO MACIEL PFL PE
EMENTA ALTERA A LEGISLAÇÃO QUE DISPÕE SOBRE O FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO
DE SERVIÇO, E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.
(ESTENDENDO O DIREITO AO FGTS AOS TRABALHADORES RURAIS).
- PODER TERMINATIVO DAS COMISSÕES - ARTIGO 24, INCISO II.INDEXAÇÃO ALTERAÇÃO, LEGISLAÇÃO, (FGTS).
EXTENSÃO, (FGTS), TRABALHADOR RURAL.LEGISL-CITADA
LEI 008036 DE 1990DESPACHO INICIAL
(CD) COM. TRA. ADM. E SERV. PUBLICO (CTASP)
(CD) COM. CONST. E JUSTIÇA E REDAÇÃO (CCJR)

PROPOS-ANEXADAS

PL. 02521 1989	PL. 04664 1990	PL. 04952 1990	PL. 05542 1990
PL. 05790 1990	PL. 00021 1991	PL. 00043 1991	PL. 00146 1991
PL. 00340 1991	PL. 00360 1991	PL. 00417 1991	PL. 00461 1991
PL. 00718 1991	PL. 01040 1991	PL. 01334 1991	PL. 01378 1991
PL. 01409 1991	PL. 01559 1991	PL. 01633 1991	PL. 01761 1991
PL. 01831 1991	PL. 01851 1991	PL. 01878 1991	PL. 01929 1991
PL. 01952 1991	PL. 02219 1991	PL. 02257 1991	PL. 02547 1992
PL. 02607 1992	PL. 02713 1992	PL. 02879 1992	PL. 03670 1993
PL. 03006 1992	PL. 03113 1992	PL. 03246 1992	PL. 04068 1993
PL. 04191 1993	PL. 04165 1993	PL. 04209 1993	PL. 04628 1994
PL. 03921 1993	PL. 04037 1993	PL. 03982 1993	PL. 03976 1993
PL. 03944 1993	PL. 04659 1994	PL. 04586 1994	PL. 04628 1994
PL. 04805 1994	PL. 00060 1995	PL. 00249 1995	PL. 00555 1995
PL. 00618 1995	PL. 00954 1995	PL. 01175 1995	PL. 01232 1995
PL. 01251 1995	PL. 00271 1995	PL. 01264 1995	PL. 01556 1996
PL. 01617 1996	PL. 01625 1996	PL. 01540 1996	PL. 01556 1996
PL. 01362 1995	PL. 01757 1996	PL. 01767 1996	PL. 02047 1996
PL. 02099 1996	PL. 02116 1996	PL. 02117 1996	
PL. 02131 1996	PL. 02176 1996	PL. 02208 1996	PL. 02198 1996
PL. 02212 1996	PL. 02275 1996		

ULTIMA AÇÃO

TRCOM EM TRAMITAÇÃO NAS COMISSÕES
14 03 1995 (CD) COM. TRA. ADM. E SERV. PUBLICO (CTASP)
RELATOR DEP PAULO ROCHA
DCN1 15 03 95 PAG 3364 COL 01.

TRAMITAÇÃO

20 05 1991 (CD) MESA DIRETORA
DESPACHO A CCJR (ADM) E CTASP.
20 05 1991 (CD) PLENARIO (PLEN)
LEITURA E PUBLICAÇÃO DA MATERIA.
DCN1 21 05 91 PAG 6838 COL 01.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

1991 (CD) COM. CONST. E JUSTIÇA E REDAÇÃO (CCJR)
PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DE EMENDAS: 05 A 09 08 91.
DCN1 03 08 91 AB 12563 COL 01.

09 08 1991 (CD) COM. CONST. E JUSTIÇA E REDAÇÃO (CCJR)
NÃO FORAM APRESENTADAS EMENDAS.

05 08 1991 (CD) COM. CONST. E JUSTIÇA E REDAÇÃO (CCJR)
RELATOR DEP JESUS TAJRA.

03 10 1991 (CD) MESA DIRETORA
DESPACHO A CTASP E CCJR (ARTIGO 54 DO RI).
REDISTRIBUIDO RESOLUÇÃO 10/91.

18 11 1991 (CD) COM. TRA. ADM. E SERV. PÚBLICO (CTASP)
PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DE EMENDAS: 18 A 22 11 91.
DCN1 15 11 91 PAG 23401 COL 02.

25 11 1991 (CD) COM. TRA. ADM. E SERV. PÚBLICO (CTASP)
APRESENTAÇÃO DE EMENDA PELO DEP PAULO MANDARINO.

16 06 1993 (CD) MESA DIRETORA
DEFERIDO OF S/N. DA CTASP, SOLICITANDO APENSAÇÃO A ESTE
DOS PL. 2521/89, PL. 4664/90, PL. 4952/90, PL. 5542/90,
PL. 5790/90, PL. 21/91, PL. 43/91, PL. 146/91,
PL. 340/91, PL. 360/91, PL. 417/91, PL. 461/91,
PL. 718/91, PL. 1040/91, PL. 1334/91, PL. 1378/91,
PL. 1409/91, PL. 1559/91, PL. 1633/91, PL. 1761/91,
PL. 1831/91, PL. 1851/91, PL. 1878/91, PL. 1929/91,
PL. 1952/91, PL. 2219/91, PL. 2257/91, PL. 2547/92,
PL. 2607/92, PL. 2713/92, PL. 2879/92,
PL. 3006/92, PL. 3113/92, PL. 3246/92 E
PL. 3670/93.

14 10 1993 (CD) MESA DIRETORA
DEFERIDO OFÍCIO S/N. DA CTASP, SOLICITANDO A APENSAÇÃO
DO PL. 4068/93 E PL. 4191/93 A ESTE.

09 11 1993 (CD) MESA DIRETORA
DEFERIDO REQUERIMENTO S/N. DA CTASP, SOLICITANDO A
APENSAÇÃO DO PL. 4165/93 A ESTE.

12 11 1993 (CD) MESA DIRETORA
DEFERIDO OFÍCIO S/N. DA CTASP, SOLICITANDO A APENSAÇÃO
DO PL. 4209/93, A ESTE.

22 06 1994 (CD) MESA DIRETORA
DEFERIDO OF 243/94, DA CTASP, SOLICITANDO A APENSAÇÃO DOS
PL. 3921/93, PL. 3944/93, PL. 3976/93, PL. 3982/93 E
PL. 4037/93 A ESTE. INDEFERIDO A APENSAÇÃO DO PL. 1269/91
A ESTE.

01 07 1994 (CD) MESA DIRETORA
DEFERIDO OF 248/94, DA CTASP, SOLICITANDO A APENSAÇÃO
DO PL. 4586/94 A ESTE.

18 11 1991 (CD) COM. TRA. ADM. E SERV. PÚBLICO (CTASP)
RELATOR DEP PAULO ROCHA.

14 03 1995 (CD) COM. TRA. ADM. E SERV. PÚBLICO (CTASP)
PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DE EMENDAS: 05 SESSÕES.

22 03 1995 (CD) COM. TRA. ADM. E SERV. PÚBLICO (CTASP)
NÃO FORAM APRESENTADAS EMENDAS.

31 03 1995 (CD) MESA DIRETORA
DEFERIDO OF 32/95, DA CTASP, SOLICITANDO A APENSAÇÃO
DO PL. 60/95 A ESTE.

05 05 1995 (CD) MESA DIRETORA
DEFERIDO OF 76/95, DA CTASP, SOLICITANDO A APENSAÇÃO DO
PL. 249/95 A ESTE.

DCN1 06 05 95 PAG 9117 COL 01.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

1996 (CD) MESA DIRETORA
DEFERIDO REQUERIMENTO DO DEP PAULO ROCHA, SOLICITANDO
A APENSAÇÃO DOS PL. 271/95 E PL. 1264/95, A ESTE.
DCD 06 02 96 PAG 3335 COL 02.
28 03 1996 (CD) MESA DIRETORA
DEFERIDO OF 19/96, DA CIASP, SOLICITANDO A APENSAÇÃO
DO PL. 1362/95, A ESTE.
25 07 1996 (CD) MESA DIRETORA
DEFERIDO REQUERIMENTO DO DEP MAURICIO NAJAR, SOLICITANDO
A DESAPENSAÇÃO DO PL. 2113/96, DESTA.
DCD 26 07 96 PAG 21328 COL 02.

10601* FIM DE DOCUMENTOS NA LISTA. TECLA ENTER OU OUTRO COMANDO.

PL.-2583/96

Autor: LEONEL PAVAN (PDT/SC)

Apresentação: 26/11/96

Prazo:

Ementa: Projeto de lei que altera o inciso VIII do art. 20 da Lei nº 8036, que dispõe sobre o FGTS, de forma a permitir ao trabalhador o saque de sua conta após dois anos de inatividade.

Despacho: Apense-se ao PL. 913/91.
